

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos:

Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Odilon Filho – PEM.

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde:

Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Massamy Eda – PMDB;
Deputado Chico Mozart – PRP; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

Deputado Chicão da Silveira – PDT;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Naldo da Loteria – PSB;
Deputada Chico Mozart – PRP;
Deputado Zé Galeto – PRP.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL:

Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Chico Guerra – PROS;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Odilon Filho PEM; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Índigenas:

Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Jânio Xingú – PSL;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

Deputado Zé Galeto – PRP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC; e
Deputado Gabriel Picanço – PRB.

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Jânio Xingú – PSL;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Izaias Maia – S/P.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Jânio Xingú – PSL;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Izaias Maia – S/P;
Zé Galeto – PRP; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias:

Deputado Chico Guerra – PROS;
Deputado Izaias Maia – S/P;
Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B; e
Deputada Lenir Rodrigues – PPS.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

Deputado Massamy Eda – PMDB;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Chicão da Silveira – S/P;
Deputado Ângela Águia Portella – PSC; e
Deputado Naldo da Loteria – PSB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

Deputada Ângela Águia Portella – PSC;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS; e
Deputado Massamy Eda – PMDB.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Deputado Gabriel Picanço – PRB;
Deputado Massamy Eda – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jânio Xingú – PSL; e
Deputado Brito Bezerra – PP

Comissão de Ética Parlamentar:

Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputado Izaias Maia – S/P.
Suplentes:
1º - Deputado Chico Guerra – PROS; e
2º - Deputado Chicão da Silveira – S/P.

Comissão de Defesa do Consumidor:

Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Chicão da Silveira – S/P;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Evangelista Siqueira – PT.

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Telefone: (95) 3623-6665 | (95) 4009-5584

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

Atos Administrativos

- Extrato de Contrato nº 007/2016 - Processo nº 041/ALE/2016 02

- Resoluções de Afastamento nº 051 e 052/2016 02

Atas Plenárias

- Ata da 2483ª Sessão Ordinária - Íntegra 02

- Ata da 2484ª Sessão Ordinária - Íntegra 05

ATOS ADMINISTRATIVOS
DA PRESIDÊNCIA - EXTRATO DE CONTRATO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 007/2016

PROCESSO Nº : 041/ALE/2016

 MODALIDADE: **DISPENSA DE LICITAÇÃO Art. 24, Inc. X, Lei 8.666/93**

 OBJETO: **LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL, PARA FUNCIONAMENTO DE UMA UNIDADE DA ESCOLEGIS NO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS-RR**

 CONTRATANTE: **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**

 CNPJ: **34.808.220/0001-68**

 CONTRATADA: **E. R. I. ARAUJO – ME**

 CNPJ: **13.304.734/0001-06**

 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **01001.010310012011/339039-101**

 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: **Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores**

 DATA DA ASSINATURA: **01/04/2016**

 VIGÊNCIA: **01/04/2016 à 31/03/2017**

 VALOR MENSAL: **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**

 PELA CONTRATANTE: **Deputado JALSER RENIER PADILHA**

 PELA CONTRATADA: **ELANETE ROSA IVO ARAUJO**
Boa Vista-RR, 01 de abril de 2016
GLAUCINEIDE FERREIRA DA SILVA
Superintendente Administrativa
RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS
RESOLUÇÃO Nº 051/2016

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da Servidora **SILVIA MARIA MACEDO COELHO** para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 13.04.2016 a 19.04.2016, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 11 de Abril de 2016

Deputado JALSER RENIER PADILHA
Presidente
Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA
1º Secretário
Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO
2º Secretário
RESOLUÇÃO Nº 052/2016

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO** para viajar com destino a cidade de Brasília – DF no período de 12.04.2016 a 20.04.2016, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 11 de Abril de 2016

Deputado JALSER RENIER PADILHA
Presidente
Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA
1º Secretário
Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO
2º Secretário
ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA
ATA DA 2483ª SESSÃO, EM 16 DE MARÇO DE 2016.
51º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

As nove horas do dia dezesseis de março de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima octogésima terceira Sessão Ordinária do quinquagésimo primeiro Período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier**– Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria**– Senhor Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente **Jalser Renier**– Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Marcelo Cabral**– Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Jalser Renier**– Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria**– O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 09, de 14/03/16, encaminhando, para apreciação, Projeto de Lei que “Altera o anexo III, da Lei n.º 133, de 14 de junho de 1996, que dispõe sobre a adoção dos Símbolos do Estado de Roraima, em conformidade com o artigo 10, da Constituição Estadual, e dá outras providências”.

Mensagem Governamental nº 010, de 14/03/16, encaminhando, para apreciação, Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Estadual de Roraima - UERR, os imóveis que especifica”.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Projeto de Lei s/nº, de 10/03/16, do Deputado Coronel Chagas, que altera dispositivos da Lei nº 664, de 17/04/2008, que “Dispõe sobre o Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Estado, e dá outras providências”.

Projeto de Lei s/nº, de 03/03/16, dos Deputados Jalser Renier e Lenir Rodrigues, que reconhece o Monte Caburá como o ponto extremo norte do Estado de Roraima, e dá outras providências.

Projeto de Emenda Constitucional s/nº, de 09/03/16, do Deputado Coronel Chagas e outros, que “Altera o inciso XVII, do art. 11, da Constituição Estadual”.

Indicação s/nº, de 10/03/16, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado para providências acerca das condições de tráfego da ponte construída sobre o Rio Mucajaí, localizada no município de Mucajaí, visando o conserto de buracos existentes na extensão da mesma.

Indicação s/nº, de 15/03/16, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado para providências acerca das condições de tráfego da ponte construída sobre o Igarapé Água Azul, localizada no Município de Mucajaí, visando o conserto de buracos existentes na extensão da mesma.

Indicação s/nº, de 15/03/16, do Deputado Evangelista Siqueira, encaminhando ao Governo do Estado para a construção/recuperação de uma ponte na Vicinal 25 do Projeto de Assentamento Campina, sobre o Igarapé do Dimas, município de Rorainópolis, de aproximadamente 8 metros de comprimento.

Indicação s/nº, de 15/03/16, do Deputado Evangelista Siqueira, encaminhando ao Governo do Estado para a construção/recuperação de uma ponte na Vicinal 25 do Projeto de Assentamento Campina sobre o Igarapé da Tatiane, município de Rorainópolis, de aproximadamente 8 metros de comprimento.

Indicação s/nº, de 15/03/16, do Deputado Evangelista Siqueira, encaminhando ao Governo do Estado para a construção/recuperação de uma ponte na Vicinal 25 do Projeto de Assentamento Campina sobre o Igarapé da Reserva, município de Rorainópolis, de aproximadamente 10 metros de comprimento.

Indicação s/nº, de 15/03/16, do Deputado Evangelista Siqueira, encaminhando ao Governo do Estado para a construção/recuperação de uma ponte na vicinal 25 do Projeto de Assentamento Campina sobre o Igarapé do Lourival, município de Rorainópolis, de aproximadamente 10 metros de comprimento.

Indicação s/nº, de 14/03/16, do Deputado Zé Galetto, encaminhando ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DENIT), pedindo providências, em caráter de urgência, ao órgão competente na execução da pavimentação da BR 432, no trecho Sede do Cantá à Vila Central, que se encontra em péssimas condições de trafegabilidade.

Indicação s/nº, de 14/03/16, do Deputado Zé Galetto,

encaminhando ao Governo do Estado para a reconstrução da ponte de madeira, localizada na Vicinal 6 da Confiança 3, aproximadamente 7 quilômetros da Vila Santa Rita, no Município do Cantá, que se encontra em péssimas condições de trafegabilidade.

Indicação s/nº, de 15/03/16, do Deputado Chicão da Silveira, encaminhando ao Secretário de Infraestrutura do Estado para a construção da ponte sobre o Rio Caroebe, na Vicinal 34 no município de mesmo nome, região Sul do Estado.

Indicação nº 059, de 14/03/16, da Deputada Lenir Rodrigues, comunicando sua ausência na sessão ordinária do dia 15 de março do corrente ano.

Proposta de Moção de Pesar s/nº, de 16/03/16, do Deputado Naldo da Loteria, pelo falecimento do Senhor Jurandir Pereira de Lucena, ocorrido na madrugada de 16 de março de 2016, nesta capital, o mesmo foi um dos fundadores e presidente do Sindicato dos taxistas e transportadores de cargas e passageiros – SINTACAVÉR.

Proposta de Moção de Pesar s/nº, de 15/03/16, pelo falecimento, ocorrido nesta cidade, no dia 13 de março do corrente ano, do Advogado Denilson Vasconcelos de Souza, de autoria do Deputado Coronel Chagas.

Proposta de Moção de Pesar s/nº, pelo falecimento do Senhor Armando Martins de Souza, ocorrido no dia 14 de março do corrente, nesta cidade de Boa Vista. O Senhor Armando, natural do Estado de Goiás, foi grande colaborador na construção do Estado de Roraima, onde radicou-se há aproximadamente quarenta anos.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – procede à chamada.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas**– Senhor Presidente, nobres colegas, nós ocupamos esta tribuna hoje para fazer um breve pronunciamento alusivo ao Dia Mundial do Consumidor, que aconteceu na data de ontem. Passamos este pronunciamento para o dia de hoje, tendo em vista que já tinha encerrado o prazo para a inscrição.

O Código de Defesa do Consumidor já existe no nosso Brasil há mais de duas décadas. Entretanto, aqui no nosso Estado, especialmente em nossa capital, muitas violações ao direito do consumidor aconteciam e o cidadão não tinha a quem recorrer. Não havia um órgão de defesa do consumidor, ou ele ficava resignado com aquele prejuízo em razão da contratação de um serviço ou da compra de um bem ou ele recorria à justiça tendo que para isso contratar advogados e muitas vezes os honorários desses advogados eram maiores que o valor do bem que se discutia. Existe uma máxima no direito que diz que a eficácia da lei depende da sua aplicação e no caso do código de defesa do consumidor, que é uma Lei Federal, aqui em Roraima não tinha eficácia porque ela não era aplicada, e não havia um órgão de defesa do consumidor. E esta Casa sabiamente no final do ano de 2011 aprovou uma PEC e uma Resolução da qual fui signatário com total apoio do Presidente desta Casa, o então Presidente Deputado Chico Guerra, e esta PEC foi aprovada por unanimidade e a Resolução também, criando o PROCON/ASSEMBLEIA. O PROCON foi instalado no mês de abril de 2012 e desde então vem funcionando nas dependências desta Casa atendendo milhares de pessoas que tiveram problemas nas relações de consumo. Nós sabemos que o elo mais fraco na relação de consumo e nos problemas que surgem é o cidadão frente ao poderio das grandes empresas. Então, o PROCON veio para auxiliar o cidadão consumidor nas defesas dos seus interesses e nas relações de consumo. Em pouco mais de três anos e mais de 16 mil pessoas já foram atendidas pelo PROCON/ASSEMBLEIA. Mais de 90% das questões que chegam ao PROCON/ASSEMBLEIA são resolvidas no atendimento ou nas audiências de conciliação. Apenas cerca de 10% dos problemas é que o PROCON, com a parceira e o convênio com a Defensoria Pública e a OAB, faz o ajuizamento de ações na justiça. Com isso, Deputado Jalser Renier, a Assembleia além de dar um apoio muito grande ao cidadão e ao consumidor roraimense também dá uma contribuição muito grande ao Poder Judiciário quando milhares de demandas deixaram de ser protocoladas no Poder Judiciário porque foram resolvidas no PROCON/ASSEMBLEIA, Deputado Chico Guerra. Então, esse órgão está dando uma contribuição muito grande para a sociedade roraimense. São ações e problemas nas mais diversas áreas, são questões relacionadas à telefonia, quer seja na compra de um aparelho, quer seja na compra de um pacote que não atende com o que está pactuado no contrato, e o cidadão se via impossibilitado de resolver o problema, tendo que ligar para os call centers inúmeras e inúmeras vezes para, na maioria das vezes, simplesmente tentar reincidir um contrato. São também cobranças indevidas nas contas de telefone, de água e de luz. São também contratos em banco que, muitas vezes, o cidadão acha que está contratando em uma determinada

taxa de juros e quando chega o boleto para pagamento daquela prestação é que vai constatar que o juro é três vezes maior do que aquilo que tinha sido acordado. São problemas no comércio em geral, eletrodomésticos, toda a linha branca que muitas vezes apresenta problemas e o cidadão procurava aquela empresa para resolver, mas a loja empurrava para a autorizada e na autorizada tinham pessoas que passavam um ano tentando consertar ou esperando receber um novo equipamento. Agora, desde 2012, graças à ação desta Casa sob o comando do então Presidente Chico Guerra, que teve a sabedoria em criar o PROCON/ASSEMBLEIA.

Venho hoje ocupar esta tribuna em razão do Dia Mundial do Consumidor para trazer essas informações e para revelar o grande trabalho que é prestado pelo PROCON/ASSEMBLEIA.

Aparte concedido ao Senhor **Gabriel Picanço**–Obrigado, Deputado Chagas. Senhoras e senhores Deputados, amigos desta Casa, bom-dia. Deputado Chagas, é só para trazer à tona um questionamento que acho justo. Vamos até procurar o PROCON para nos orientar sobre aquela lei da AFERR que foi aprovada, inclusive com o voto de vossa excelência, para tirar juros e multas daqueles contratos que estavam vencidos e as pessoas não podiam pagar à vista. Quase todos os processos já estavam ajuizados na justiça. E teve uma banca de advogados com quem nós não conseguimos negociar, quando digo nós, refiro-me ao Estado, que não consegui negociar com eles para diminuir os honorários para que as pessoas pudessem pagar. Por exemplo, se a dívida era de 50 mil, com a Lei aprovada aqui baixou para 25mil enquanto os advogados estavam cobrando em cima dos cinquenta mil. Não entendo direito essa parte jurídica, Vossa Excelência é quem entende, mas acredito que ele deveria cobrar em cima do que a agência ou o banco está recebendo até para não prejudicar as pessoas que estão devendo. Já que o Estado cedeu perder uma parte do que deveria receber, acredito também que com bom senso, não sei se juridicamente através do PROCON, nós podemos questionar isso, para que eles cobrem em cima daquilo que for pago para o Estado ou para a Agência de Fomento. Obrigado Deputado era só para levar ao conhecimento de Vossa Excelência, já que Vossa Excelência faz parte dessa categoria também. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Com certeza, Deputado, sendo uma relação contratual o PROCON pode contribuir nesse debate em busca dessa conciliação. Agradeço seu aparte, Deputado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Guerra** – Deputado Chagas, quando idealizamos o PROCON fiquei analisando qual seria o Deputado que tocaria o PROCON para fazer do PROCON o que ele é hoje. E, naquela conversa numa tarde de segunda lá no Gabinete da Presidência, nasceu o PROCON sendo a paternidade atribuída a Vossa Excelência. Por isso quero parabenizar o PROCON pelo belo trabalho que tem feito. Quando parabenizo o PROCON, estou parabenizando todos que fazem parte do PROCON, inclusive Vossa Excelência. Parabéns ao PROCON, parabéns a Vossa Excelência e a todos que fazem o PROCON ser o que é. Esse órgão fortíssimo, e este instrumento que a Assembleia tem para ajudar as pessoas que necessitam. Parabéns.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Obrigado, Deputado Chico Guerra.

O Deputado Chico Guerra, caros colegas, era o Presidente da Assembleia na ocasião em que foi criado o PROCON. Ele tinha a ideia de criar o PROCON, também eu e a Deputada Aurelina tínhamos essa intenção. O fato é que se não houvesse a determinação firme e forte da Presidência e da Mesa Diretora desta Casa, não teria acontecido. Da mesma forma que se não tivesse o apoio que vem tendo de Vossa Excelência, Deputado Jalser, no fortalecimento do PROCON/ASSEMBLEIA, com certeza nós estaríamos deixando a desejar. O PROCON tem sido protagonista de diversas questões relacionadas à defesa do consumidor roraimense e o apoio que Vossa Excelência vem dando ao PROCON tem sido decisivo no atendimento dessas demandas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalser Renier** – Deputado Coronel Chagas, quero aqui parabenizar o trabalho que o PROCON realiza nesta Casa e deixar bem claro à sociedade que naquele conflito que tivemos em Brasília sobre a questão energética de Roraima, tutelado por uma liminar apresentada pelos Deputados Federais, essa liminar perdeu o objeto porque ela foi vencida em plenário, pelo TRF e concomitante com essa matéria a Assembleia Legislativa, através do PROCON, entrou com uma cautela com efeito suspensivo da decisão que dava ao cidadão roraimense a condição de ter 40% a mais na taxa de energia elétrica em Roraima, enfim Assembleia Legislativa de Roraima, através do PROCON, conseguiu fazer com que o Tribunal Regional Federal, em liminar, acatasse a nossa decisão do cidadão roraimense, que só não está pagando 40% a mais de energia elétrica em Roraima por conta da ação movida pela Assembleia Legislativa, através do PROCON. Então, o PROCON existe com a finalidade de tornar acesso fácil do cidadão. Estaremos trazendo para Assembleia Legislativa, através de uma conversa

que vamos ter com a Defensoria Pública do Estado de Roraima o termo de cooperação técnica, onde colocaremos parte dos defensores públicos do Estado, dois ou três advogados, a serviço da sociedade, também através do PROCON para resolver concomitante os assuntos imediatos para que as pessoas que nos procurem tenham acesso mais fácil à resposta e solução dos seus problemas. Porque os problemas são muito pequenos e, às vezes, o juizado de pequenas causas que têm muitos processos, acaba que esses processos entram na fila e a Assembleia Legislativa pode objetivar essas ações e tornar mais fácil o acesso desse cidadão ao trabalho que a ALE faz, e foi o dever de ofício e aqui o reconhecimento desta Casa, idealizado por Vossa Excelência, referendado pelo deputado Chico Guerra, na época Presidente desta Casa. Atualmente tivemos a condição de impulsionar ainda mais o PROCON, e vamos estender a outros municípios para que a sociedade também se sinta protegida.

Parabéns ao trabalho que o PROCIN realiza através de todos os profissionais daquela instituição, especialmente aos idealizadores que construíram esse trabalho, oferecendo ao cidadão um acesso mais fácil para o avanço dos seus problemas. Muito obrigado, Deputado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Obrigado, Presidente Jalsler, pelo seu aparte que enriquece ainda mais o nosso pronunciamento, falando da importância do trabalho realizado pelo PROCON, por todos os servidores desta Casa que atuam no PROCON.

Para finalizar, Senhor Presidente, apenas uma informação importante com relação ao PROCON, Deputado Chico, quando se instalou o PROCON, para uma das primeiras audiências que foram marcadas, uma empresa foi chamada para comparecer, através dos seus representantes, era a empresa Boa Vista Energia, que se recusou a comparecer, dizendo que o PROCON não teria a legitimidade e o poder de polícia para realizar aquela conciliação, e ainda entrou com ação no Tribunal de Justiça, que foi julgada, o tribunal reconheceu a competência do PROCON/Assembleia, indignada a BOVESA recorreu ao STF e lá, recentemente, saiu a decisão do STF, dizendo da competência legal do poder de polícia do PROCON/Assembleia, mostrando com todas as letras na mais alta corte deste País do trabalho que é realizado pelo PROCON/Assembleia.

Então, isso vem coroar de êxito justamente nesta semana em que se comemora o dia mundial do consumidor, uma notícia muito boa.

Então, estão de parabéns todos os servidores do PROCON/Assembleia que eu transmito através do seu Diretor Doutor Lindomar Coutinho. Parabéns! Continuem trabalhando e levando esse serviço a todos os cidadãos roraimenses. Muito obrigado a todos. Bom-dia e até a próxima oportunidade.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Passo a palavra ao Senhor Deputado Izaías Maia.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Bom-dia, Senhor Presidente, demais pares, o meu objetivo é evitar tragédias envolvendo policiais, carcereiros e Policiais Militares que trabalham na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Peço aos parlamentares que estão aqui, que podem ajudar no sistema prisional, está na hora de tomarmos uma providência. Fuga, perseguições e duas mortes ocorridas na Penitenciária, se vocês procurarem nas redes sociais vão ver. A minha preocupação é restabelecer a paz dentro da PA, protegendo as pessoas que trabalham no local. No facebook vocês vão encontrar essas frases: “E aí, Mano, ninguém é obrigado a gostar de polícia que bate, que quebra o que é nosso aqui dentro da PA.” Não estou dizendo que isso é verdade, eu estou alertado. “... porque nenhum deles é melhor do que nós, e nós não merecemos apanhar. Dentro da favela e no mundo do crime, todos nós estamos no mesmo processo, tem que ter sabedoria para poder viver no mundo do crime, porque bandido burro morre no final do filme. Nossa vida é bandida e nosso jogo é duro. Hoje somos festa, amanhã somos luto. Tá ligado! Um dia nós se encontra, e os botas vão pagar na mesma moeda. Nós temos pessoas aí fora, podem nos pegar aqui dentro, mas sempre um vai escapar e aguardem que vai ter vingança.” Isso está nos grupos e facebook. Referi-me, certa vez, pela televisão, e até me entenderam mal, dizendo que eu estou defendendo bandido. Não tenho ligação com bandido, eu estou falando, aqui, em nome de 1300 detentos que vivem hoje na penitenciária e, segundo denúncia... Eu gostaria que as autoridades parlamentares e do sistema prisional investigassem. Se for verdade vamos punir quem está errado, se não for verdade vamos dizer aqui que não é verdade, não se iludam! Os policiais que estão ali, na briosa Polícia Militar e os carcereiros, principalmente, estão sendo acusados de agredir e bater, essas pessoas prestam serviços lá, mas têm familiares aqui fora, quero que se evite exatamente isso, e que a paz volte a reinar dentro da PA, assim como foi fácil fugir 50 detentos, que há muitos anos vêm fugindo. Então, está lá a guarnição, se quebraram e agrediram... Como fica sua família lá fora? Temos que botar na cabeça que um cara que está com 30, 40 anos de cadeia, para ele tanto faz matar mais um, dois... Então, eu quero pedir as autoridades do país que cuidam dessa área, para fazerem

uma fiscalização geral, e que deixem os detentos falarem e provarem o que estão dizendo, porque ninguém está dando importância. Em janeiro, eu coloquei uma matéria na televisão, onde eles disseram que iam fugir, mostrar para a sociedade que é fácil fugir... a miséria, sofrimento, tudo que não presta dentro da PA existe. O que eu estou pedindo, por existirem essas denúncias, é que possamos apurar. Tem gente que diz: “Izaías, você tá defendendo bandido!” Que defendendo bandido? Eu estou defendendo policiais e carcereiros, que trabalham na PA, que estão sendo acusados de praticarem atos ilícitos, e que podem ser vítimas. Só vamos acreditar quando aparecer um policial morto, um carcereiro morto, aí que vamos entender ...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Vossa Excelência é um Deputado atuante, está sempre ocupando a tribuna, trazendo assuntos de interesse da sociedade roraimense. Esse é mais um assunto importante, e que preocupa a todos nós, não diria toda semana, mas em todos os meses temos casos de fuga de muitas pessoas, notadamente da penitenciária do Monte Cristo. Todos ficam apreensivos porque 40, 30, 20, 10 pessoas por vez que fogem e se embrenham nos matos, depois nos bairros e vêm praticando delitos. Eu fui diretor da Penitenciária agrícola, eu fui também diretor do sistema penitenciário e Secretário de Justiça e Cidadania. Na última oportunidade que passei por lá, foi em 1998, como Secretário de Justiça, naquela oportunidade nós encontramos o sistema prisional, se não igual, pior do que está hoje, com inúmeras fugas, até grupo de extermínio tinha, os presos é quem comandavam. Naquela oportunidade eu tinha que tomar umas decisões, e uma delas foi exonerar o Diretor da Penitenciária, convidei um jovem Delegado chamado Jorge Everton para assumir a Penitenciária, e eu disse para ele que aquilo não era um prêmio, e sim uma missão. Aos melhores, as piores missões, o Deputado Jorge Everton foi boicotado, teve por parte de uns servidores armação para fuga, na época fugiram 24 presos na semana em que ele assumiu, inclusive essa fuga foi armada com a intenção de nós demitirmos o Deputado Jorge Everton, mas, mesmo assim, nos mantivemos firmes. E muitas medidas foram tomadas, o favelão que existe hoje lá, também existia quando assumimos, mas tiramos todos os presos lá de fora e os colocamos nas alas, e colocamos, aplicamos o regime que é previsto na Lei de Execução Penal, e com isso nós ficamos cerca de 9, 10 meses sem fugas no sistema prisional do nosso Estado. Com isso, nós reduzimos as fugas consideravelmente, os números de furtos, de assaltos, e crimes em geral na nossa capital. Foi uma queda vertiginosa, com um simples controle do sistema prisional. Mas nós já tivemos um pulso firme, a mão forte do Estado prestigiando os servidores sérios daquele sistema prisional. Tantos os agentes, que eram os agentes carcerários na época. Os servidores comissionados e a Polícia Militar, os Policiais Civis, que estavam lá. Nós valorizamos e fizemos isso acontecer. Depois disso, muita coisa aconteceu. E hoje, nós nos deparamos de novo, Deputado Izaías Maia, com o mesmo quadro. É gestão! Tem que se ter pulso firme. Tem que tomar medidas duras em situações como essa. Não adianta dizer que precisa construir mais um presídio. Precisa sim, mas enquanto não se concluir as obras que estão sendo realizadas no anexo da Cadeia Pública ou lá no presídio de Rorainópolis, não podemos ficar jogando a culpa e dizer que isso vai se resolver quando estiver pronto, que vai levar dois, três anos. Tem que ter pulso forte. E é desta forma que eu quero contribuir para que se acabe com aquele favelão. Se imponha o que prevê a lei de execução penal ali dentro. Que se deem forças aos servidores que estão lá sejam eles militares ou civis, para que a gente coloque de novo o sistema prisional para o controle. Se não fizer assim, podem ter certeza que pode trazer aqui o chefe da INTERPOL, como o Secretário de Justiça ou diretor do presídio que não vai resolver. Isso é uma ação que tem que ser de Governo. Medidas fortes e o efetivo necessário para que se coloque de novo o sistema prisional numa situação em que o número de fugas seja dentro de uma média aceitável pelos órgãos policiais e pelo sistema prisional brasileiro.

Então, eu estou à disposição, como ex-Secretário de Justiça e como Policial Militar, que sou para contribuir nisso, através da Assembleia e da Comissão de Segurança Pública. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** pede uma Questão de Ordem – Só para pedir a prorrogação da Sessão em virtude do horário, pois já passa das doze horas, para que o companheiro possa terminar o seu pronunciamento.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Acatada a Questão de Ordem do Deputado Naldo. Prossiga Deputado Izaías.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Eu vou encerrar com breves palavras. Enquanto as autoridades policiais tentam recapturar os foragidos que sai de comboio a cidade fica desprotegida.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Complementando o que o Coronel Chagas falou, fizemos realmente um trabalho de uma força-tarefa, que é necessária. O sistema prisional precisa

ser tratado. A união de todos os órgãos de segurança pública do Estado em prol de um único objetivo. Não com falácias, eu vi este Governo afirmar várias vezes para humanizar o sistema prisional. Concordo plenamente, mas essa é uma análise muito fria e mostra desconhecimento da realidade. Quando nós voltamos ao sistema prisional, eu já falei aqui, a penitenciária é uma aberração jurídica. Primeiro, que na Lei de Execuções não existe Penitenciária Agrícola, Coronel Chagas. Ou penitenciária ou uma colônia agrícola. E aqui nós temos uma aberração jurídica: Penitenciária Agrícola. Segundo ponto: a penitenciária é para cumprimento de pena de pessoas que já estão condenadas. Com a intervenção da cadeia pública, que remonta ao ano de 2003, se não me engano. A Cadeia Pública está interdita desde 2003 ou 2004, e passou a misturar os regimes dos presos na penitenciária. Condenaram com preventivado, o que é um erro crucial para aplicação do sistema penal. Como humanizar dessa forma?

Então, eu, desde o início, venho mostrando aqui no plenário. Nós anunciamos e trouxemos o secretário. Mostramos que não adiantava se preocupar em aumentar só o valor da marmitta. Eu fiz a denúncia aqui sobre o superfaturamento da comida do sistema prisional. Não foi levado a sério. Não foi feita nenhuma mudança estrutural, nenhum investimento. E o que a gente viu foi o que o Coronel Chagas falou. É retornar os comandos para mandar dentro da penitenciária contra a força policial. Quem manda no sistema são eles. Denúncia que o sistema tem feito a respeito do churrasco, que estão fazendo lá, com bebidas. Fui eu que denunciei. Foi noticiado isso na imprensa. O Governo precisa ter o pulso forte para resolver o sistema prisional. Vocês não lembram que eu denunciei o sucateamento do Ronda no Bairro, só porque estava funcionando no Governo passado tem que tirar? A população está sem policiamento na rua. Os policiais são abnegados. A PM tem o seu papel, mas sem estrutura. Para o policial que está na rua fica difícil trabalhar. A Polícia Civil tem feito o seu papel. Mas nós temos que dar condições para que eles possam fazer. Isso é prioridade do Governo. O Coronel Chagas falou que questão de gestão. Em minha opinião, o que está faltando é gestão, tanto no Governo, quanto no Secretário de Justiça. Obrigado pelo aparte, Deputado Izaías.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Vamos só lembrando que no Rio e São Paulo os policiais são assassinados a sangue frio. Às vezes o cara não tem nada a ver com o problema e é assassinado. Vou fazer um alerta. Se ninguém der importância à investigação, procurar saber o que está acontecendo e vamos impor a lei. Como disse o Coronel Chagas, dá para trabalhar, se quiser, porque, com toda a falta de estrutura, durante 10 meses não tivemos fuga e o trabalho foi realizado.

Denúncias de agressão contra detentos, bater, quebrar, matar não resolve. Eu gostaria de dizer que quem está preso lá dentro tem outros grupos aqui fora. E a minha preocupação é exatamente com isso, porque enquanto você está num grupo de policiais, é fácil você agir. E quando você está só? Se inverter o quadro, quatro ou cinco elementos chegarem à sua casa, pegarem sua esposa, seus filhos ou você. Então, nós queremos é evitar, esse confronto. Que a lei seja aplicada e respeitada, chamando a atenção também até do meu querido Deputado Brito para que procure saber com relação à cadeia de Rorainópolis. Foi abandonada, parou, está tudo acabado lá, o mato já tomou conta. O que aconteceu? Não tem mais dinheiro. Está esperando a verba federal ou é verba estadual? Só para lembrar, Deputado Brito, para o senhor ver o que está acontecendo em nome da sociedade. Então, eu acho que está na hora de fazermos nossa parte no parlamento. Vamos investigar para saber, e o que for verdade, que haja punição. Os presos querem o mínimo. Por exemplo: kit higiene que não tem. Segundo denúncias, há prática de arbitrariedade. Nós não podemos falar que os presos estão mentindo porque nós não conhecemos a realidade. Então vamos investigar. Vamos abrir um espaço para todo mundo se manifestar porque o estopim chamado Penitenciária Agrícola de Monte Cristo pode explodir e atingir todos nós. Querem um exemplo? Os cinco que saíram no final de semana estão nas ruas, assaltando, praticando barbaridades e ninguém consegue conter. Então o momento é de sentarmos, conversarmos e não dizer que vagabundo tem que ir para o pau. Não é assim. Não se sabe quantos estão nas ruas e podem se revoltar e passarem a agredir a sociedade. Volto a dizer, a preocupação com os meus queridos Policiais Militares, com os carcereiros é muito grande, pois eles ameaçam através das redes sociais. E se continuar do jeito que está, sem uma solução, eles partem para a vingança. E é isso que nós queremos evitar. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais Oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia, com discussão e votação, em turno único, das Propostas de Moção de Pesar: nº 02, dos Deputados Gabriel Picanço e Ângela Portella pelo falecimento do Senhor Armando Martins de Souza; nº 03, de 15/03/16, do Deputado Coronel Chagas, pelo falecimento do Advogado Denilson Vasconcelos de Souza; e nº 04, de 16/03/16, do Deputado Naldo da Loteria, pelo falecimento do Senhor Jurandir Pereira de Lucena.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura da Moção de Pesar nº 02/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lida a Proposta de Moção de Pesar nº 02/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a Proposta de Moção de Pesar nº 02/16. Não havendo nenhum Deputado que deseje discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura da Moção de Pesar nº 03/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lida a Proposta de Moção de Pesar nº 03/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a Proposta de Moção de Pesar nº 03/16. Não havendo nenhum Deputado que deseje discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura da Moção de Pesar nº 04/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lida a Proposta de Moção de Pesar nº 04/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a Proposta de Moção de Pesar nº 04/16. Não havendo nenhum Deputado que deseje discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Comunico aos Senhores Deputados que se encontra na Casa o Projeto de Lei nº 016/15, que “Dispõe sobre a desafetação, a incorporação aos bens dominicais e autoriza o Poder Executivo a alienar os bens mencionados”, de autoria do Poder Executivo. Gostaria de pedir aos Senhores Deputados que se reunissem, logo após a Sessão, ou então amanhã pela manhã, porque na terça-feira o projeto estará na pauta. Então, peço a deliberação dos Senhores Deputados membros da Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle para estarem na pauta da Ordem do Dia da próxima terça-feira.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Gostaria de Pedir a Vossa Excelência, Presidente, incluir o Projeto nº 052/15 na pauta da Ordem do Dia da Sessão do dia 22 de março. Esse projeto cria 34 cargos para o ZEE, não vai criar despesas.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Já peço ao Senhor Deputado George Melo que inclua, e, já peço ao Professor João, que coloque na pauta de terça-feira, o Projeto sobre o Zoneamento Ecológico.

E, não havendo mais nada a tratar, convido os Senhores Deputados para uma reunião hoje, às 16h, no plenarinho. Declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 17 de março, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiago Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 17/03/2016

**ATA DA 2484ª SESSÃO, EM 17 DE MARÇO DE 2016.
51º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NALDO DA LOTERIA.

Às nove horas do dia dezessete de março de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima octogésima quarta Sessão Ordinária do quinquagésimo primeiro Período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Naldo da Loteria** – Convido o Senhor Deputado Evangelista Siqueira para atuar como Primeiro-Secretário *ad hoc*.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente **Naldo da Loteria** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Isaías Maia** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Naldo da Loteria** – Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Evangelista Siqueira** - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

- Ofício Circular nº 002, de 14/03/16, da Casa Civil, com informações acerca do Mandado de Intimação nº 241/2016.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Projeto de Lei s/nº, de 03/03/16, do Deputado Mecias de Jesus, que “dispõe sobre a escolaridade mínima para ingresso nos quadros da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil Estadual”.

- Projeto de Lei s/nº, de 09/03/16, do Deputado Mecias de Jesus, que “assegura a matrícula do aluno na rede estadual de educação, e dá outras providências”.

- Indicação de Projeto de Lei Complementar s/nº, de 14/03/16, do Deputado Masamy Eda, que “altera a redação e acrescenta dispositivos ao § 2º do art. 80 da Lei complementar 053, de 31/12/2001”.

- Indicação s/nº, de 16/03/16, do Deputado Zé Galetto ao Governo do Estado, para construção de uma nova ponte sobre o Rio Caroebe, na Vicinal 34 – município de Caroebe.

- Requerimento de Pedido de Informação s/nº, de 14/03/16, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias, sobre a situação dos reeducandos da Penitenciária Agrícola do Monte Cristo – PAMC/RR.

- Memorando nº 014, de 15/03/16, do Deputado Chico Mozart, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 11 de março do corrente ano.

- Memorando nº 015, de 15/03/16, do Deputado Chico Mozart, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 15 de março do corrente ano.

DIVERSO:

- Ofício nº 027, de 14/03/16, do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima – SINDAPE/RR, solicitando Audiência Pública nesta Casa Legislativa para tratar de assuntos referentes ao Sistema Prisional do Estado.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Naldo da Loteria** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, não há oradores inscritos.

O Senhor Presidente **Naldo da Loteria** - Não havendo oradores inscritos e nem matéria para a Ordem do Dia, neste momento a Sessão Plenária será transformada em Comissão Geral, conforme Requerimento nº 006/16, aprovado na Sessão Plenária do dia 15/03/16, momento em que representantes da Federação Nacional dos Fiscos Estaduais farão uma apresentação do Projeto de Emenda à Constituição nº 186/2007 que tramita no Congresso Nacional da Lei Orgânica Nacional do Fisco.

Convido para compor a Mesa o Sr. João Marcos de Souza, Presidente em exercício da FINAFISCO; a Sra. Geíze de Lima Diógenes, Presidente do SINFITER/RR; a Sra. Aline Carla Lira de Oliveira, representando a Secretaria do Estado da Fazenda.

Convidamos para fazer uso da palavra o Senhor João Marcos de Souza.

O Presidente em exercício da FENAFISCO, Senhor **João Marcos de Souza** – Bom-dia a todos. Quero saudar o Deputado Naldo, Presidente desta Mesa e, em seu nome, saudar os demais Deputados. Saúdo a colega Geíze, a Diretoria do FENAFISCO e dos demais sindicatos do fisco estadual aqui presentes, bem como também a Aline, Secretária Adjunta da Fazenda, e demais pessoas presentes à Sessão.

Nós estamos aqui, hoje, Deputado Naldo, para fazer um diálogo com esta Casa de Leis sobre alguns assuntos que são tratados no âmbito da Federação Nacional do Fisco Estadual e que são de interesse de toda a nossa população. A Federação Nacional do Fisco representa os servidores fiscais tributários de todos os Estados do Brasil e do Distrito Federal. Diferentemente de alguns sindicatos que apenas discutem as suas questões corporativas, nós também promovemos a discussão de vários assuntos que vão de encontro aos anseios da sociedade. Entre esses assuntos, iremos tratar de alguns aqui em Roraima e destacamos a PEC 186 e o pacote antissonegação que estamos discutindo. A população brasileira está sendo

cotidianamente surpreendida por casos de corrupção, de desvios de bilhões de reais. Mas, a população brasileira não tem noção nem conhecimento de que a sonegação é um mal muito maior, pois tira muito mais dinheiro daquilo que seria investido em prol da população e ela não tem noção do que está acontecendo, muito pelo contrário, nós vemos, muitas vezes, a sonegação ser apontada como algo bom, algo que tira o dinheiro que seria desviado, que tira o dinheiro que alguém iria se apropriar dele. Nós temos estudos que apontam que só no âmbito federal são desviados mais de quinhentos bilhões de reais dos cofres públicos. Nós temos os números da corrupção que são estimados, a sonegação só no âmbito federal representa no mínimo sete vezes o que o Brasil perde com corrupção. Esse problema é muito maior, muito mais sério e a sociedade sequer tem a noção que isso está acontecendo. Antes de começar a sessão, estavam falando do caos no sistema prisional, na saúde, na educação. Nós teríamos recursos suficientes, sem aumentar um tributo ou criação de um novo tributo, para resolver esse caso.

Então, nós estamos trazendo para a discussão nesta Casa de leis alguns pontos que a sociedade precisa tomar conhecimento sobre esses assuntos.

Dentro da apresentação que nós trouxemos aqui, será apresentado somente um para nós termos uma base. Nós abordaremos alguns desses pontos.

Então, antes de entrarmos na PEC 186 que é um dos pontos, vamos falar um pouco desse pacote sobre sonegação.

A Federação Nacional dos Fiscos Estaduais e os sindicatos a ela filiados, por conta desta consciência sobre o que a sonegação causa para a nossa sociedade, estão discutindo no nosso meio a proposta de várias medidas que possam efetivamente combater a sonegação e que isso continue acontecendo na nossa sociedade brasileira.

Logicamente, que esse pacote ainda não está pronto, ainda estamos discutindo. Vamos aqui apenas pontuar algumas dessas medidas que estão sendo discutidas, pois são dezenas de medidas, e vamos abordar algumas delas.

Dentro dessas propostas, nós temos uma que é a revisão da extinção da probabilidade para crimes tributários. Hoje, nós temos uma situação em que a sonegação é crime, porém se a pessoa, antes da denúncia judicial, fizer o pagamento, esse crime é extinto. Então, nós estamos estudando se isso é correto, se isso deve ser extinto, qual é o momento que pode ou não acontecer e deverá ser uma proposta de revisão desse sistema que atualmente está onde a pessoa vai postergando esse pagamento, até o momento em que ela vê a possibilidade de ser denunciada e presa por essa questão, porque só assim ela vai e efetua o pagamento. O fortalecimento da revisão fiscal como política de Estado. Nós entendemos que somente conscientizando as nossas crianças, os nossos jovens, preparando as futuras gerações, nós estaremos garantindo que tenhamos um país que tenha sua consciência, o seu dever como cidadão, o papel social do tributo e da necessidade de pagamento, para que a sociedade tenha os recursos necessários para atendimento da sua demanda.

A reforma Tributária, é um dos pontos que nós discutimos, é um assunto que podemos discutir duas, três horas que não encurtaríamos o assunto. Mas, é importante destacarmos que hoje todas as propostas tributárias que estão em andamento no Congresso Nacional, tratam muito mais de centralizar ainda mais a arrecadação na União, em detrimento dos Estados e Municípios. Nós sabemos que a sociedade brasileira é composta, principalmente, por municípios, mas onde realmente as coisas acontecem e no segundo nível, nos Estados ou no nível da União. Nós temos hoje, no Brasil, mais de 60% de arrecadação de tributos, concentrados na mão da União, obrigando os Estados e Municípios a irem com aqueles famosos pires na mão solicitar verbas para poderem atender suas demandas.

Aos Estados compete o investimento na educação, na saúde, nos próprios municípios e a União é quem fica com a maior parte dessas verbas, os Estados e Municípios somente com os encargos.

A proposta que a FENAFISCO tem discutido, realmente reordena esse Sistema Tributário Nacional através da inversão dessa pirâmide de arrecadação, fazendo com que os Estados e Municípios sejam mais independentes, tenham mais recursos, reorganizando os tributos, extinguindo alguns tributos, incorporando outros, fazendo com que, efetivamente, aqueles que fazem o papel de investidores na sociedade tenham os recursos necessários para isto. Então, temos uma proposta da FENAFISCO e esta proposta modifica o nosso sistema tributário, e não aquelas que, simplesmente, concentram a arrecadação na mão da União.

Entre as nossas propostas está a autonomia da administração tributária, através da criação de uma lei orgânica nacional que seja, obrigatoriamente, excepcionada pelos estados e pelos Municípios acima de 500 mil habitantes, para que façam uma verdadeira reorganização. Esta proposta é importantíssima para que tenhamos uma administração tributária

que possa exercer o seu papel sem qualquer ingerência. E o início dela, é através da PEC 186 que hoje tramita no Congresso Nacional. Essa PEC modifica o nosso artigo 37, acrescentando o inciso XXIII, e os parágrafos 13 e 14 na Constituição Federal. Do que trata esta PEC? O Inciso XXIII concede ao fisco do trabalho a sua autonomia para que possa exercer o combate ao trabalho escravo, que é um outro flagelo que nós temos ainda, infelizmente no Brasil, pois existem ainda muitos trabalhadores em condições de trabalho escravo. Então, esse Inciso XXII é para tratar da inspeção do trabalho. Já os parágrafos 13 e 14 tratam da obrigatoriedade da lei complementar que estabeleça essas normas gerais para fiscalização tributária. Por que isso é importante? Porque as administrações terão autonomia. Já temos, na Constituição Federal, garantias de que a administração tributária terá para ela recursos prioritários. Ela tem essa garantia, porém, na prática, ela não se opera. Então, essa PEC garante que as administrações tributárias tenham essa autonomia financeira e funcional para que possam atuar livremente, promovendo a justiça fiscal, cobrando de quem efetivamente deve, propondo medidas para que aqueles que hoje estão pagando muito, possam ter a sua carga tributária reduzida e possamos garantir maior justiça social. Por que essa PEC é boa para o Brasil? Porque ela torna essas instituições tributárias, instituições de Estado e não de governo. Ela terá políticas, terá formas de atuação que não serão seguidas de acordo com o governo de plantão, mas serão uma política de Estado. As ações da administração tributária são totalmente vinculadas em lei e estarão de acordo com aquilo que o Estado Brasileiro necessita. São proteções contra pressões externas, contra algumas demandas externas que existem, para que o fisco atue de forma justa e igualitária.

É uma arma que combate a corrupção. E como eu disse aos Senhores, a sonegação representa mais do que sete vezes o que se perde com a corrupção propriamente dita, mas ela também é uma arma de combate. Muitos dos recursos desviados através da corrupção advém da sonegação, porque são pagos com caixa dois das empresas: combater a sonegação, nós estaremos combatendo diretamente a corrupção. Quando a administração tributária atua de forma firme, de forma correta, ela combate a corrupção, e o trabalho escravo através daquela garantia, a instituição do trabalho, supre hoje a fragilidade que a administração tributária tem.

A Constituição Federal estabelece essa carreira com única e essencial ao funcionamento do Estado. Nós temos carreiras que são essências à justiça, temos carreira que são essenciais às outras áreas, mas a única que é essencial ao funcionamento do Estado é administração tributária, porque é ela que provê os cofres públicos de recursos necessários, inclusive, para pagamento dessas outras áreas. A administração tributária é essencial ao funcionamento do próprio Estado, pois sem o fisco não existe o Estado.

Ao prever essa lei orgânica, o que se busca é que seja institucionalizado de forma que ganhe eficiência, eficácia, sem que haja a necessidade de aumentar tributos, sem que haja a necessidade de nós buscarmos novas formas para não pesar mais sobre os ombros da sociedade novos tributos e novos impostos. O que ocorre hoje? Quem sonega tem sobre aquele que paga seus tributos em dias uma vantagem competitiva, e isso é injusto. Aquele que é um bom pagador sempre está em desvantagens com aquele que sonega, pois tem um custo a mais, uma maior tributação, enquanto que aquele que sonega está desviando esse dinheiro e pode usar isso como arma de concorrência, inclusive, quebrando muitas empresas, como vemos acontecer no cotidiano.

A autonomia da administração tributária, ela permite que nós tenhamos um estado social, porque ela reprime os crimes de sonegação, reprime a corrupção, e isso permite que nós tenhamos um país muito mais justo e social e muito mais solidário.

Por que nós estamos aqui nesta Casa de Leis tratando de um projeto que está tramitando no Congresso Nacional e de medidas que também irão tramitar no Congresso? Qual a importância de nós estarmos aqui discutindo isso? Primeiro, é fundamental que nós tenhamos o apoio da sociedade, do Parlamento Estadual aqui de Roraima, dos Parlamentares Federais daqui do Estado à PEC 186. É somente com o apoio de todos que nós teremos sucesso nessa empreitada da PEC.

Essa PEC já se encontra pronta para ir ao Plenário. Ela já passou por todas as Comissões, já está aprovada em todas as Comissões e hoje só falta à votação em Plenário. Mas, mais do que o apoio à PEC, Senhores Deputados, nós estamos aqui também para dizer aos Senhores que, independente da PEC 186 lá no Congresso Nacional, o Estado de Roraima também pode se adiantar, como vai ser algo obrigatório aos Estados, essa edição da Lei Orgânica Estadual, fazendo o estudo e a propositura da Lei Orgânica Estadual. O Fisco Estadual de Roraima pode independentemente da PEC 186 ter sido aprovada, torna isso como obrigação, ele pode se adiantar e fazer essa propositura. Os parlamentares daqui do Estado podem propor uma PEC estadual que obrigue o Executivo Estadual a fazer essa

análise e essa propositura na Lei Orgânica Estadual que será obrigatória com a aprovação da PEC 186. Então, os Senhores podem adiantar esse debate, essa discussão, e o fisco de Roraima pode sair fortalecido com isso. O fisco de Roraima, os Senhores podem ter a certeza, está dotado de pessoas capacitadas, de pessoas imbuídas do dever público de garantir ao Estado de Roraima os recursos necessários para atender as suas demandas. É muito importante que o Parlamento esteja alinhado ao Fisco Estadual, alinhado às demandas da sociedade, que faça essa discussão e promovam esse debate para colocar a sociedade a par daquilo que está acontecendo no nosso País, nos nossos Estados e nos nossos Municípios. Esperamos contar com o apoio dos Deputados Estaduais e dos Parlamentares Federais de Roraima através da conversa que os Deputados possam ter com os demais parlamentares para que apoiem a PEC 186. E que promovam aqui, nesta Casa de Leis e no âmbito do Executivo Estadual, essa discussão da Lei Orgânica de Roraima e dos Municípios, para que, através dessa Lei Orgânica, possamos ter uma administração tributária de Estado e possamos combater este mal que aflige nossa população que tira e sangra os cofres públicos, que tira de nós recursos que poderiam ser investidos na educação, na saúde e na segurança pública, para que não tenhamos mais notícias desses flagelos que vemos todos os dias na televisão, de pessoas que morrem nas filas de hospitais, pessoas que não têm acesso a uma educação de qualidade, pessoas que não têm segurança, pois temos fugas de presos, assaltos e mortes acontecendo, porque o Estado não tem mais condições de investir nas suas demandas. Nós temos ouvido notícias de Estados renegociando dívidas e o Governo Federal tentando impor medidas duras e injustas aos Estados para renegociar dívidas que os Estados não têm como pagar, não têm mais nenhuma condição e nenhuma capacidade de investimento. Os Estados que hoje podem investir de 3% a 4% do seu orçamento estão felizes, pois a grande maioria dos Estados e Municípios sequer conseguem fechar seus orçamentos no final do mês e pagar suas folhas. Temos Estados e Municípios atrasando e parcelando salários, porque não têm mais condições. É preciso que o Brasil acorde. É preciso que o Brasil veja a necessidade de se rediscutir o sistema que hoje existe. É necessário rediscutir o papel de cada ente federado. É necessário discutirmos o pacto federativo para termos a noção que temos obrigação para com os Estados e para com os Municípios. Mas, os Municípios e os Estados não têm sequer recursos para atender essas demandas. Então, nós precisamos que a sociedade tenha a noção de que isso precisa ser revisto, sob pena de falência dos Estados e dos Municípios brasileiros. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Naldo da Loteria** – Com a palavra a Senhora Geíze Lima Diógenes – Presidente do SINFITER/RORAIMA.

A Senhora Presidente do SINFITER/RORAIMA, **Geíze Lima Diógenes** – Bom-dia a todos, senhoras e senhores aqui presentes. Em nome dos Fiscais de Tributos do Estado de Roraima eu cumprimento o Presidente da Sessão, Deputado Naldo da Loteria, estendendo os cumprimentos aos demais parlamentares presentes. Na pessoa do Vice-Presidente da FENAFISCO, senhor João Marcos, cumprimento toda a diretoria da FENAFISCO aqui presente. Na pessoa do Presidente do SINDIFISCO do Pará, senhor Antônio Cadete cumprimento todos os representantes sindicais de outros Estados aqui presente. Na pessoa da Secretária Adjunta Aline Lira, da Secretaria da Fazenda cumprimento todas as demais autoridades presentes e os colegas fiscais do nosso Estado. Quero aqui agradecer o espaço cedido nesta Sessão para expormos assuntos tão importantes para a sociedade e para nossa categoria. Obrigada pelo espaço.

O Senhor Presidente **Naldo da Loteria** – Com a palavra a Senhora Aline Carla Lira de Oliveira, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Fazenda.

A Senhora **Aline Carla Lira de Oliveira** - Secretária adjunta da Secretaria de Estado da Fazenda – Bom-dia a todos. Gostaria de agradecer ao João Marcos, Vice-Presidente da FENAFISCO pela oportunidade de trazer a 172ª reunião extraordinária da FENAFISCO que irá tratar de um assunto tão importante, não só para o Brasil, como também para o nosso Estado. A autonomia dos auditores fiscais não é só de extrema necessidade, como de muita relevância para todas as unidades da federação. Então, eu queria agradecer mais uma vez, em nome da Secretaria da Fazenda, agradecer à Assembleia Legislativa por esse espaço.

O Senhor Presidente **Naldo da Loteria** – Neste momento, abro espaço para algum representante da classe que queira fazer uso da palavra.

O Senhor Diretor da FENAFISCO, **José Roberto Ferreira Souza** – Gostaria de ser o mais informal possível, Deputado Naldo. Quero apenas ressaltar para os colegas aqui presentes, o papel de parceria que esta Casa tem exercido junto aos fiscais. Nós sempre tivemos aqui a guarida dos Deputados nos nossos pleitos. E meu agradecimento especial é, em especial, ao Assessor desta Casa, Senhor João de Carvalho, que sempre nos recebe muito bem. E quero agradecer esse espaço, que para nós é muito importante. Nós precisamos mostrar de fato para a sociedade a importância

de discutirmos essas questões, que são tão caras para a sociedade.

O meu registro apenas, Deputado Naldo, é para agradecer de fato a esta Casa pelo apoio que sempre tem dado às nossas demandas. Eu tenho certeza que encontraremos aqui espaço para trazer novas demandas que forem necessárias com o objetivo de melhorar a arrecadação deste Estado e proporcionar condições para que o Governo possa fazer face às demandas que a sociedade tanto reclama. O meu muito obrigado de coração.

O Senhor Presidente **Naldo da Loteria** – Eu queria parabenizar os fiscais por essa iniciativa, no momento em que o País passa por essa grande crise política. É de fundamental importância que as classes tenham a sua independência para que possam agir, não de interesse de um governo ou de outro, mas sim, em prol da sociedade. A gente vê, hoje, o Estado com dificuldade. A sonegação gera uma concorrência desleal. Nós vemos também que hoje, quando uma empresa é autuada, praticamente ela desaparece, porque as multas são quase impagáveis. E com essa ideia, com certeza, vamos beneficiar todos os Estados. A crise na saúde é uma questão nacional, e o Governo Federal já deveria ter tomado para si a responsabilidade, fazendo com que os problemas de saúde pública fossem resolvidos como a questão do combustível. O Governo Federal consegue controlar o preço do combustível no Brasil todo, mas os preços dos medicamentos, das próteses e de outras coisas na saúde, a aumento que chega a mil por cento. E a população é quem paga por isso. Então, tem que haver independência para os fiscais, para a saúde. A saúde não pode ser do Governo, tem que ser do povo da sociedade, tem que ser tratada com seriedade. O que a gente vê hoje, no nosso Estado, é que em cada Governo aparecem novos empresários que, de um dia para outro, ficam ricos, mas mudar o Governo, eles ficam pobres de novo, porque, na realidade, eles não vendem, eles estocam para a saúde. E quem quiser ver como a saúde está, que faça uma visita ao Hospital Geral.

Eu queria convidar neste momento a senhora Ana Cláudia Gomes, da Secretaria de Estado da Fazenda, para fazer uso da palavra.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** - Enquanto isso, Senhor Presidente, gostaria de ressaltar o trabalho da Ana junto às escolas, com o Programa de Educação Fiscal. Eu já tive a possibilidade, enquanto professor e gestor, de ser parceiro da Ana Cláudia nas escolas por onde ela tem passado, onde realiza um trabalho de excelência. Então, se nós queremos um país consciente em relação aquilo que gasta, evitando desperdícios, combatendo a corrupção, devemos entender qual o nosso papel de cidadão na fiscalização do recurso público. Eu acho isso de grande importância e quero citar o trabalho feito pela Secretaria de Fazenda, em nome da Senhora Ana, com quem tive a oportunidade de fazer ótimas parcerias.

O Senhor Diretor para Assuntos Técnicos e Comunicação, **Charles Alcântara** – Bom-dia Deputado Naldo, Presidente Evangelista, Presidente da FENAFISCO, Senhor Guiomar, companheira Geize, Presidente do SINFITER e companheiros da FENAFISCO e do fisco brasileiro. Hoje nós temos, em Boa Vista, o Fisco Estadual Brasileiro. Muitos Estados estão aqui para uma reunião do Conselho Deliberativo da FENAFISCO, é uma instância da nossa federação nacional que reúne os Presidentes e Diretores dos Sindicatos de todo país, para discutirem temas importantes para a sociedade, não apenas temas corporativos, porque fazem parte, obviamente, dos nossos debates, das nossas reflexões, mas para discutirem temas importantes, de interesse nacional: E, sobretudo, no momento em que vivemos hoje, nesta crise em que o tributo que já é tão fundamental, sem o qual não há uma sociedade justa, não é possível você ter sequer o Estado, se você não tiver o tributo para manter e financiar as políticas públicas. Se em tempo de bonança custam caro à sociedade, vocês imaginem nos tempos em que vivemos hoje, de crise e dificuldades financeiras graves. E a sociedade, sobretudo as classes mais populares, sem dúvida alguma, são as que mais sofrem nesses tempos, são as mais atingidas pelo desemprego, são as que mais padecem com o colapso da saúde, da educação, enfim. Como diz o velho ditado: “A corda sempre arrebenta do lado mais fraco.” E o lado mais fraco é o povo brasileiro que está sofrendo com esta crise. Como bem disse o João Marcos: “O Brasil está em um monotema, discute-se exclusivamente um tema que é muito grave. A corrupção no Brasil precisa ser banida, e essa é uma luta eterna, recentemente tivemos uma discussão no Mato Grosso do Sul, onde deixei um colega perplexo quando eu disse a ele que jamais iremos acabar com a corrupção, porque ela é um fenômeno que sempre vai existir. Há tempos que ela não parece ser tão grave e, por isso, não é tão discutida na sociedade. Claro que é um tema gravíssimo, mas a luta da sociedade sempre vai ser contra esse desvio de conduta e de deformação do Estado brasileiro. E o principal desafio da sociedade brasileira é acabar com a impunidade. Esse é o grande desafio. O mesmo podemos dizer da sonegação que também é um crime grave, um crime que lesa a sociedade brasileira, porque é

responsável por uma série de desestrutura da sociedade e pelo colapso dos serviços públicos, na medida em que o recurso previsto em lei sequer chega nos cofres públicos. Diferentemente da corrupção que desvia parte considerável do recurso público, a sonegação, na verdade, desvia 100%, ou seja, tudo que é sonegado sequer chega nos cofres públicos. Então, essa é uma situação que temos que analisar. E esse é o papel do Fisco Brasileiro, do agente público do fisco, sendo ou não simpático, pois essa não é uma função pública social que goza da simpatia, certamente que não, nunca foi, e sempre foi assim, desde os tempos imemoriais. Vemos, nas passagens bíblicas, que o cobrador de impostos era visto pela sociedade como pária, um marginal da sociedade, considerado e comparado, à época, às prostitutas. Então, o cobrador de impostos não tem uma função pública simpática e ela nunca será simpática, não tem jeito, mas é uma função pública essencial para a sociedade, para o Estado brasileiro. Sem essa função pública o que haveria de ser do Estado e da sociedade? Esse é o nosso papel. E procuramos discutir isso nas Casas Legislativas com as autoridades, com a sociedade, sobre qual é o nosso papel, que é fazer com que a lei seja cumprida em benefício de todos, não apenas porque você assegura o ingresso dos recursos aos cofres públicos, mas porque você também promove justiça, pois na medida em que um paga e o outro não paga, você estabelece uma concorrência desleal, uma injustiça, um desequilíbrio. Então, o papel do fisco também é fundamental para acabar com esse desequilíbrio, evitando a concorrência desleal, para garantir que os recursos cheguem aos cofres públicos. Esse é o nosso papel. Daí porque as administrações tributárias não podem sofrer ingerência política dos governos de plantão, porque os governos passam, os partidos se revezam no poder. Então, o fisco não pode ficar à mercê dessas circunstâncias, desses ventos da política, porque ele exerce uma função de Estado, uma função perene, permanente, promotora da justiça, cumpridora da lei. Este é o nosso papel e, é isso que nós viemos dizer, Deputados, dizer da importância dessa causa que é uma causa pública, uma causa da autonomia da administração tributária para que ela possa cumprir o seu papel em benefício da sociedade. Agradeço, imensamente, pela oportunidade de termos usado a palavra aqui nesta Sessão. Obrigado.

O Senhor Presidente do SINAFRESP do Estado de São Paulo, **Alfredo Portinari Maranca** – Muito bom-dia a todos. Agradeço a oportunidade e, antes de mais nada, quero dizer que sou Presidente do SINAFRESP. Estamos juntos com o FENAFISCO em Brasília e, é isso eu gostaria aqui de trazer como informação, criando uma luz no fim do túnel para o povo brasileiro. Os fiscais estão se unindo no Brasil inteiro pela primeira vez, fiscais municipais, fiscais estaduais, federais, não para perguntar o que o Brasil pode fazer pelos fiscais, mas para tentar ver o que os fiscais podem fazer pelo Brasil. Existe uma necessidade imensa de uma reforma tributária neste País e somente os fiscais que realmente trabalham no dia a dia com a complexidade dos tributos, conversando entre si, chegando em acordo, celebrando consenso entre si, é que podem tirar o Brasil desse mar de complexidade tributária que impede o comércio, que impede o Brasil de crescer o tanto que deveria crescer. Nós estamos reunidos lá pela primeira vez, para trazer esperança nesse momento de crise, porque temos a certeza de que não podemos querer aumentar os impostos dos poucos que ainda estão pagando, não tem condições de fazer isso, porque a economia não vai suportar. Nesse momento, precisamos diminuir a sonegação, tirar o dinheiro que está sendo desviado com a sonegação para ser aplicado nas escolas, na segurança, para dar para o povo humilde e oprimido que trabalha na segurança, na polícia, nas escolas, para os professores, o direito que eles possam gastar na venda, comprando as suas coisas, gerando mais desenvolvimento econômico para todo mundo. Nós temos certeza que redirecionando as receitas públicas de maneira certa, nós vamos conseguir fazer o quinhão de contribuição que o fisco deve à sociedade brasileira. Muito obrigado pela oportunidade.

O Senhor Presidente **Naldo da Loteria** – Agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente Comissão Geral. Convido a todos para nos posicionarmos para a retirada da foto oficial do evento.

Alçada a finalidade da Comissão Geral, retorno os trabalhos da Sessão na fase em que, ordinariamente, se encontravam.

Passamos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 22 de março, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Brito Bezerra, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Geor-ge Melo, Izaías Maia, Jorge Everton, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 22/03/2016